PROGRAMA DE GOVERNO PARTICIPATIVO

PRA CUIDAR DA CIDADE INTEIRA

PREFEITO
GERALDO 15
VICE FABYA REIS

SUMÁRIO

Apresentação....4
EIXO 1 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SEGURANÇA CIDADÃ, POLÍTICAS DE CUIDADOS E GARANTIA DE DIREITOS....6
1.1 Saúde....6
1.2 Educação....9
1.3 Esporte e Lazer....13
1.4 Assistência Social....15
1.5 Cidadania e Direitos Humanos....18
1.6 Promoção da Igualdade Racial....19
1.7 Comunidades Tradicionais....21
1.8 Defesa das Mulheres e Igualdade de Gênero....22
1.9 Criança e Adolescente....24
1.10 Juventude....25
1.11 População Idosa....27
1.12 Pessoas com Deficiência....28
1.13 População LGBTQIAPN+....29
1.14 Segurança Alimentar e Nutricional....31
1.15 Segurança Pública e Prevenção à Violência....32
EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EMPREGO E VALORIZAÇÃO DA ECONOMIA CRIATIVA....34
2.1 Comércio e Serviços....34
2.2 Nova Industrialização....35
2.3 Turismo....36
2.4 Geração de Emprego e Renda....39
2.5 Projetos Estratégicos para Salvador....40
2.6 Empreendedorismo e MPEs....40
2.7 Economia Popular e Solidária....41
2.8 Economia Criativa....42
2.9 Economia do Mar....43
EIXO 3 – CULTURA: RAÍZES E FORÇAS DE UM POVO....44
3.1 Democratização do acesso à Cultura....44
3.2 Calendário Cultural e Festas Populares....45
3.3 Memória e Patrimônio....45
3.4 Equipamentos Culturais....46
3.5 Política para as Artes....47
3.6 A força do Audiovisual....48
EIXO 4 – CIDADE SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE....48
4.1 Sustentabilidade Ambiental....48
4.2 Mudanças e emergências climáticas....50
4.3 Requalificação das praias....50
4.4 Ciência, Tecnologia e Inovação....51
EIXO 5 – DESENVOLVIMENTO URBANO: MOBILIDADE, HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA....52
5.1 Planejamento Urbano....52
5.2 Habitação e Regularização Fundiária....53
5.3 Centro Histórico de Salvador....55
5.4 Infraestrutura Urbana....55
5.5 Mobilidade Urbana....56
5.6 Sistema Viário....57
5.7 Saneamento....58
5.8 Resíduos Sólidos....59
EIXO 6 – GOVERNANÇA DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA E EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS....59
6.1. Planejamento e Gestão Governamental....59
6.2. Gestão de Pessoas e Valorização dos Funcionários Públicos....61
6.3. Participação Social e Democracia....62
6.4. Finanças Públicas....62
6.5. Governança Pública e Digital....65

SALVADOR PODE SER DIFERENTE

Sou um cidadão soteropolitano que, ao lado de Fabya Reis, sigo preocupado com o futuro da nossa cidade. Salvador enfrenta desafios que exigem ação imediata e estratégica, e é nosso dever abordar essas questões com a urgência que merecem.

Salvador, sem dúvida, tem uma importância histórica, artística e cultural de dimensão nacional e até mesmo internacional. Trata-se de uma conclusão óbvia, repetida à exaustão.

Entretanto, econômica e socialmente, a cidade não se coloca como tal. Ao contrário, vem perdendo posição para outras capitais do Nordeste, e não se beneficia, como poderia, do seu potencial.

Colocar-se como Capital Histórica, Artística e Cultural do Brasil não tem nada de pretensioso. É o que somos, de verdade. Salvador reúne um vasto patrimônio histórico, artístico e cultural, que incorpora as contribuições dos indígenas, dos europeus e dos africanos, constituindo-se, assim, em um caldeirão cultural efervescente, de onde seguem brotando grandes inovações na música, no teatro, nas artes plásticas, na literatura, na arquitetura, no cinema, na televisão; tudo isso alicerçado pela nossa história de primeira capital do Brasil, a partir da qual o país foi gestado.

Nosso rico e antigo patrimônio, representado por construções seculares e uma natureza exuberante, no entanto, encontra-se ameaçado pelo avassalador crescimento desordenado do espaço urbano e pelas pressões permanentes da desigualdade de renda e oportunidades que mantém na pobreza a grande maioria da população.

Todos os indicadores sociais e econômicos apontam para a necessidade de uma ampla reforma urbana, abrangendo a reestruturação dos sistemas de planejamento, gestão, produção e reprodução da cidade, com vistas à sua democratização, ao cumprimento das suas funções sociais, à qualidade ambiental e a um padrão urbanístico e habitacional adequado às necessidades básicas de salubridade, moradia, mobilidade, saúde, educação e fruição artístico-cultural.

Exatamente por identificar essas graves e visíveis mazelas que acometem a nossa cidade, todas elas com incidência direta sobre a nossa gente, em

particular a população pobre, assim como inconformado com a substituição das ações concretas para o seu enfrentamento, pela eficiente propaganda midiática da Prefeitura, apresentamos este Programa de Governo que é fruto de um processo de diálogo social com amplos setores da sociedade soteropolitana. Durante dois meses percorri todos os bairros da cidade para escutar seus moradores, ouvir as reivindicações da população e acolher suas propostas para melhorar a qualidade de vida da nossa cidade.

Realizamos plenárias de bairros com a participação direta de milhares de pessoas, realizamos consulta pública pelo site do Programa de Governo Pensar Salvador, dezenas de mesas temáticas com especialistas, acadêmicos e sociedade civil organizada para debater a situação atual das políticas públicas, apresentar soluções para problemas e identificar desafios a serem enfrentados. Ainda como instrumento de escuta realizamos vários encontros temáticos com os mais diversos segmentos sociais.

Compiladas as propostas apresentadas pela sociedade e por especialistas das mais diversas áreas do conhecimento, o nosso Programa de Governo se propõe a apontar caminhos para integrar a cidade, resgatando o seu dinamismo, conjugando o crescimento econômico com a inclusão social, a equidade racial e de gênero, aliado à sustentabilidade ambiental.

Sabemos do desafio que está posto e que administrar uma cidade complexa como Salvador não será tarefa fácil, nem tarefa para um homem só. Por isso, nesta eleição, contamos com apoio de muitos segmentos da sociedade civil e uma ampla aliança de 10 partidos “Para Cuidar da Cidade Inteira”: MDB, PT, PCdoB, PV, PSB, PSD, AVANTE, Podemos, Solidariedade e AGIR.

Salvador é uma cidade que já nasceu grande, mas infelizmente perdeu seu dinamismo. Nosso governo fará de Salvador uma cidade justa e sustentável, ainda mais criativa e aprazível para os que aqui moram, os que produzem, os que trabalham e os que a visitam. Junte-se a nós por uma cidade inteira!

Geraldo Júnior e Fabya Reis

EIXO 1 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SEGURANÇA CIDADÃ, POLÍTICAS DE CUIDADOS E GARANTIA DE DIREITOS

1.1 Saúde

A defesa permanente do SUS será compromisso da nossa gestão. O nosso foco é cuidar da cidade inteira e de todas as pessoas. Cuidar da saúde e não apenas das doenças. Para isso precisaremos atuar em ações preventivas, articulando ações de outras políticas públicas.

Fortalecer, ampliar e requalificar a Atenção Primária e Saúde Bucal:

- Expandir o número de Equipes de Saúde da Família, e de forma gradual atingir a cobertura de 100%. Nossa meta é que todas as pessoas tenham acesso a um posto de saúde perto da sua casa com a atuação dos agentes comunitários de saúde.
- Ampliar e qualificar os consultórios de rua, articulando com as ações assistenciais e de redução do uso problemático de álcool e outras drogas.
- Vamos implantar um importante programa de obras de melhorias e reformas das Unidades Básicas de Saúde (UBS) com a modernização dos espaços da nossa rede municipal.
- Implantar “Salas de Pé Diabético” nas Unidades de Atenção Básica, para reduzir o número de amputações, integradas aos serviços especializados de Angiologia Ambulatorial e Hospitalar.
- Capacitar e dar condições de trabalho para que Agentes Comunitários de Saúde possam atuar de forma qualificada e coordenada;
- Especializar Agentes Comunitários de Saúde para assistir idosos, avaliar os riscos domiciliares e monitorar seu tratamento medicamentoso, integrando-o em atividades coletivas lúdicas e físicas, dentre outras.

- Implantar 10 policlínicas nos distritos sanitários com oferta de exames e consultas especializados e cirurgias de baixa complexidade, integrando a oferta com as policlínicas de Escada e Narandiba.

- Estruturar e fazer funcionar o sistema centralizado de agendamento e marcação de exames realizando a integração com a rede existente, articulado com os Distritos Sanitários e as UPAs, garantindo a realização dos exames.

- Estruturar a Central Municipal de Regulação e Mediação em Saúde, qualificando o acesso aos leitos hospitalares, articulado com a Central de Regulação Estadual.

- Expandir, no âmbito da Estratégia da Família, o número de equipes de saúde bucal e ampliar as ações de prevenção nas escolas, igrejas e associações existentes nos bairros.

- Expandir os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), oferecendo serviços de detecção de câncer oral, periodontia, endodontia, cirurgia oral e atendimento às pessoas com deficiência.

- Implantar serviços de ortodontia e implante dentário, inclusive com a produção e colocação de próteses.

- Melhorar a cobertura vacinal para toda a população, com o compromisso de combater a desinformação e criar estratégias de busca ativa de pessoas em vulnerabilidade, crianças e idosos.

Ampliar o acesso às redes temáticas especializadas:

- Ampliar os serviços de atenção psicossocial com enfoque para as necessidades e vazios assistenciais dos Distritos Sanitários, garantindo a melhoria do acesso e cuidado.

- Implantar: 12 Centros de Atenção Psicossocial - CAPS III; 6 Centros de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas com atendimento noturno - CAPS AD III; 6 Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil - CAPS ia; 6 Unidades

de Unidade de Acolhimento Adulto, 6 Unidades de Acolhimento Infantil e 5 Serviços Residenciais Terapêuticos.

- Implantar o Programa Novos Horizontes de redução de danos na Atenção Primária, garantindo acesso às ações de saúde com foco no acolhimento, prevenção e tratamento de usuários de crack, álcool e outras drogas, a partir da reabilitação psicossocial.

- Promover a atenção em saúde para os agravos da população negra, em especial a doença falciforme.

- Promover uma atenção de qualidade a toda as populações, assegurando as especificidades de cada grupo social (Pessoas com Deficiências, LGBTQIAPN+, população em situação de rua, idosos, homens, mulheres, crianças e adolescentes).

- Implantar o Programa Municipal de Cuidado ao Parto e Nascimento, visando prevenir as doenças com ampliação de consultas e exames de pré-natal de baixo e alto risco, com monitoramento tecnológico.

- Ampliar o acesso à Atenção Especializada em Reabilitação, tendo como prioridade os Distritos Sanitários de Saúde com vazio assistencial, em especial os que estão situados em territórios periféricos, visando amenizar barreiras urbanísticas e geográficas. Para isso, propõem-se implantar: 1 CER IV; 4 CER II na temática de reabilitação física e intelectual; 2 Oficinas ortopédicas - articulada entre os CER municipais - de modo a ampliar oferta de OPM, tendo em vista a dificuldade com fornecedores.

- Implantar 12 Centros de Convivência - Um por Distrito Sanitário - com o objetivo de fomentar a participação social e no território.

- Ampliar, fortalecer e requalificar as Unidades de Pronto Atendimento, com ampliações de serviços e exames para melhorar a resolutividade.

- Ampliar os serviços do SAMU 192, articulando as ações com os serviços do Corpo de Bombeiros.

Ampliar os serviços da Vigilância à Saúde e ações intersetoriais:

- Articular as diversas áreas da Vigilância à Saúde - Sanitária, Epidemiológica, Ambiental, do Trabalhador e Laboratorial - às ações de Educação, Assistência Social, Saneamento Ambiental e Urbanismo;
- Garantir o pleno funcionamento do Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS), para detectar e organizar a resposta a eventos com potencial de constituir uma emergência em saúde pública;
- Assegurar o acesso de quem precisa a medicamentos seguros e eficazes, organizando um sistema de farmácias em unidades espalhadas pelas diversas áreas da cidade.

1.2 Educação

- Criar um modelo de educação inovador com a transformação da rede pública municipal, com oferta de escolas de tempo integral, garantindo aprendizado, alimentação saudável, reforço escolar, atividades lúdicas e de convivência harmônica, além da formação cidadã por meio de atividades curriculares e extracurriculares de cultura, esporte e lazer.
- Melhorar as notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ampliando os esforços de aprendizagem com um projeto político-pedagógico inovador, escolas em tempo integral, formação continuada dos profissionais da educação e ações de reforço escolar.
- Criar o programa Pé-de-meia Municipal: poupança para os estudantes dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, complementando o Pé-de-meia do Governo Federal
- Ampliar a oferta de creches em Salvador, atendendo crianças de 0 a 3 anos, dobrando a oferta atual coberta pela rede municipal, por meio da construção de novas creches municipais e aperfeiçoando a parceria com as creches comunitárias da cidade.

- Alterar o horário de funcionamento de parte das creches convencionais para 7h às 19h, com vistas a dar mais assistência às crianças, permitindo às mães a possibilidade de trabalhar e estudar.

- Implantar creches em regime de 24h para atender mães e pais que ocupam atividades profissionais durante a madrugada.

- Desenvolver cadastro de terrenos e imóveis abandonados para construção de equipamentos escolares entre outros de interesse social.

- Projeto Acolher: numa ação conjunta entre as Secretarias Municipais de Saúde e Educação, vamos ampliar e fortalecer o cuidado com a comunidade escolar, em especial com a saúde mental dos servidores públicos.

- Acrescentar nos currículos e práticas pedagógicas a incorporação de conteúdos como Artes, Robótica, Educação Financeira, Xadrez, dentre outros.

- Assegurar ambientes favoráveis ao ensino-aprendizagem, ou seja, ofertar salas de aula climatizadas e equipadas com materiais, bibliotecas, brinquedotecas, laboratórios de ciências e de informática, quadras de esporte, salas para reuniões e trabalhos pedagógicos, dentre outros.

- Garantir a capoeira no currículo escolar do ensino infantil ao fundamental, à luz do que dispõe a Lei Estadual 23.281/2019, conhecida como Lei Moa do Katendê. Ressalta-se que uma iniciativa similar foi aprovada por unanimidade na Câmara Municipal de Salvador e foi vetada, em 2021, pelo atual prefeito e candidato à reeleição.

- Retomar as Olimpíadas da Primavera de Salvador, integrando um amplo programa de esporte nas escolas, fazendo da prática esportiva um alicerce na formação cidadã dos nossos jovens.

- Criar o Programa Imersão: implantar internet gratuita banda larga com wi-fi em todas as escolas municipais, constituindo as escolas como polos tecnológicos para facilitar acesso digital aos estudantes e à comunidade do entorno.

- Implementar um novo Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para atender a demanda de pessoas que abandonaram os estudos.

- Criar o programa "Salvador Livre do Analfabetismo" para reduzir drasticamente o analfabetismo no município, articulando parcerias com a sociedade civil e instituições de ensino.

- Implementar estabelecimentos de ensino com quadras poliesportivas, laboratórios de tecnologia e inovação, bibliotecas e laboratório de ciência. Cada escola será um centro de humanização, acolhimento e segurança para as nossas crianças e adolescentes.

- Lançar o Programa Escola Melhor voltado a realização de parcerias com empresas de tecnologia e inovação com a possibilidade de uso de energia limpa, por meio de instalação de placas fotovoltaicas. A meta é mais de 50% das nossas salas de aula climatizadas até 2028.

- Projeto de Escola Integrada: articular uma agenda de integração entre as redes municipal, estadual e federal, visando a melhoria da aprendizagem e experiências pedagógicas inovadoras.

- Melhorar a qualidade da merenda escolar com aquisição de alimentos da agricultura familiar para garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes.

- Oferecer transporte escolar para estudantes da rede pública municipal, especialmente para pessoas com deficiência.

- Garantir a presença e capacitação de Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADI) para execução das atividades pedagógicas de higiene, alimentação e locomoção aos alunos que requeiram cuidados individualizados em seu pleno desenvolvimento, social e pedagógico, sobretudo aos PCDs.

- Estabelecer integração entre a Prefeitura e o Governo do Estado para implantar uma política de acompanhamento e monitoramento dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental e de acolhimento na rede estadual no ingresso ao ensino médio.

- Assegurar o acompanhamento e apoio necessário para que crianças com deficiência tenham condições de acesso e permanência na escola, garantindo a presença de profissionais qualificados.

- Promover formação sobre educação inclusiva e acessibilidade, no sentido de melhorar a convivência e desenvolver metodologias de ensino adaptadas aos alunos PCDs;

- Ampliar a oferta de Salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) com recursos multifuncionais. Daremos atenção especial a esta demanda com parcerias, com recursos próprios e captados junto ao Governo Federal.

- Intensificar a utilização de soluções de base tecnológica, como sistemas e aplicativos, para organizar a administração escolar, monitorar frequência, interagir e promover o engajamento dos responsáveis pelos alunos.

- Formação Continuada de Professores: oferecer treinamentos contínuos para educadores sobre práticas inclusivas e ensino adaptado.

- Disponibilizar materiais didáticos adaptados e tecnologias assistivas, capacitando pedagogicamente os servidores da rede municipal.

- Cumprir as diretrizes, metas e estratégias do Plano Municipal de Educação - PME, Lei Municipal Nº 9105/2016.

- Constituir o Fórum Municipal de Educação para acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação – PME, como prevê o art. 6º da Lei nº 9105/2016.

- Realizar bianualmente a Conferência Municipal de Educação, assegurando ampla participação dos profissionais de educação, de universidades e da sociedade civil organizada, que irão contribuir para elaboração de políticas educacionais para o município de Salvador.

- Fortalecer as atribuições do Conselho Municipal de Educação, respeitando a sua autonomia.

- Capacitar gestores(as) escolares eleito(as), visando formar lideranças comprometidas com o processo democrático que envolve toda a comunidade escolar na tomada de decisões.

- Manter diálogo permanente com a APLB-Sindicato, entidade representativa dos trabalhadores da Educação, para tratar dos interesses da categoria e da

Educação do município.

- Pagar os precatórios dos professores municipais e manter diálogo com os professores da rede e suas entidades representativas.
- Assegurar o pagamento integral do Piso do Magistério do FUNDEB.
- Oferecer tratamento adequado e de qualidade para doenças ocupacionais que por ventura acometam servidores da educação, incluindo ações de prevenção e reabilitação das capacidades laborais destes profissionais.
- Aperfeiçoar a prática da avaliação institucional do Sistema de Ensino nas dimensões política, administrativa e pedagógica.
- Defender a revisão e atualização da Lei 3624/1985, que reduz a jornada de trabalho para pais atípicos (pais que têm cônjuge, filhos(as) ou responsáveis com alguma deficiência física, mental, sensorial ou intelectual, cujo desenvolvimento difere do padrão.
- Cumprir a Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de equipes multiprofissionais (Psicologia e Serviço Social) para atender as necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação.

1.3 Esporte e Lazer

- Criar a Vila Olímpica de Pituaçu, através de parceria com os governos estadual e federal, para viabilizar a atração de grandes eventos esportivos nacionais e internacionais.
- Criar, até 2028, 15 centros esportivos, visando beneficiar 15.000 jovens soteropolitanos em parceria com universidades, empresas privadas e associações da sociedade.
- Criar a primeira Escola Municipal de Educação Física, com cursos de atletismo, futebol, vôlei, basquete, natação e diversas modalidades esportivas. Aqueles alunos que tenham habilidade em algum esporte já serão encaminhados para formação específica.

- Inaugurar, em parceria com os governos estadual e federal, mais duas piscinas olímpicas em Salvador.

- Desenvolver mais espaços públicos para atividades físicas. Como forma de incentivo, vamos criar o Projeto Ruas Esportivas, fomentando a prática de atividades físicas e recreativas para jovens e adolescentes, em várias áreas da cidade.

- Realizar o Censo Municipal do Esporte e Lazer (2026) para mapear e planejar as ações necessárias para este setor, que mantém forte interlocução com a área da cultura e do turismo.

- Criar o Programa Cidade Olímpica, buscando a criação de escolas de treinamento e iniciação esportiva para crianças e jovens dos sete aos 17 anos.

- Construir equipamentos comunitários modulares, que contemplem as diversas manifestações artísticas, culturais e esportivas em um mesmo espaço público.

- Implantar políticas públicas de esporte e lazer inclusivas, explorando a diversidade esportiva em atividades voltadas para mulheres, crianças, adolescentes, adultos, idosos e pessoas com deficiência.

- Requalificar, até 2028, os espaços poliesportivos das escolas da rede pública municipal. Queremos que cada escola da nossa cidade seja um espaço qualificado para a prática esportiva com um dos pilares de investimento na saúde da nossa população.

- Buscar, junto aos governos estadual e federal, a construção de mais três Ginásios Poliesportivos (modelo Cajazeiras) para apoiar a prática esportiva nos bairros.

- Criar na Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) um Departamento específico para apoio e captação de grandes eventos esportivos e de lazer, como corridas, maratonas e competições de esportes aquáticos.

- Estimular o turismo esportivo, atraindo visitantes para eventos e competições de várias modalidades, como por exemplo os esportes náuticos na Baía de Todos os Santos, dinamizando a experiência de visita à cidade como um mecanismo fortalecedor da economia local.

- Apoiar o mapeamento e a criação de uma Rede Local de Clubes de Bike, dando apoio logístico e viário para a realização de eventos desta natureza.
- Criar o Programa Atletas do Futuro: articular parcerias com Organizações da Sociedade Civil e empresas privadas para patrocinar atletas promissores e financiar a expansão de infraestrutura esportiva nos bairros de Salvador.
- Ampliar o valor mensal da Bolsa Atleta Municipal, abrangendo cotas para mulheres e negros.
- Apoiar a realização de eventos esportivos comunitários e a criação de programas que incentivem a participação da população em atividades esportivas variadas, como futebol de areia, vôlei de praia, surfe, entre outros.
- Melhorar a infraestrutura das praias e orlas, incluindo a instalação de chuveiros, banheiros, áreas de lazer e segurança para banhistas e esportistas.
- Garantir a representação de mulheres e pessoas com deficiência em comitês de gestão esportiva, promovendo a inclusão e incentivando a participação desses grupos em atividades esportivas.

1.4 Assistência Social

- Qualificar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), garantindo orçamento adequado.
- Revisar e implementar o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), estabelecendo metas de cobertura e ampliando a capacidade dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).
- Fortalecer a expansão do Cadastro Único para avançar na inclusão dos grupos mais vulneráveis. O CadÚnico é estratégico como ferramenta de planejamento de programas sociais e para o conjunto de políticas públicas.
- Assegurar o acesso ao Cadastro Único nas unidades do CRAS e CREAS para facilitar o acesso da população aos programas de proteção social.

- Fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial, cuidando das pessoas em situação de risco e maior vulnerabilidade social.

- Requalificar a rede de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), incluindo unidades com funcionamento 24 horas em áreas diferentes da cidade e com atendimento remoto emergencial.

- Ampliar a cobertura dos serviços de Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), garantindo a oferta prioritária do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de forma direta.

- Fortalecer e ampliar os Restaurantes Populares Municipais, priorizando o atendimento à população de rua e articulando-os a projetos de agricultura urbana e periurbana para melhorar a segurança alimentar e nutricional da nossa cidade.

- Vamos criar o Programa Chega Junto para complementar o Programa Bolsa Família (PBF) do Governo Federal, adicionando R$ 150 mensais ao benefício já recebido pelas famílias mais vulneráveis de Salvador. Queremos focar esta política na melhoria de renda de até 100 mil famílias da nossa cidade.

- Fortalecer e ampliar os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), assegurando a oferta de atenção especializada a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social.

- Fortalecer o Centro Arlette Magalhães, Centro de Referência Especializado de Atendimento à Mulher (CREAM).

- Ampliar os Centros POP e o Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) para territórios com presença de população em situação de rua, articulando as ofertas do SUAS com outras políticas públicas.

- Ampliar e qualificar a oferta de serviço de acolhimento institucional para adultos e/ou famílias em situação de rua, garantindo a segurança alimentar e nutricional destas pessoas.

- Priorizar a qualificação e empregabilidade para a população em situação de rua, incluindo a oferta de cursos profissionalizantes e a intermediação de mão de obra.

- Priorizar acesso à população em situação de rua ao programa municipal de transferência direta de renda.
- Incluir a população em situação de rua em programas habitacionais, por meio de cadastros públicos.
- Assegurar moradia digna para pessoas em situação de rua, seja com vagas em programas de habitação de interesse social, seja com a desapropriação ou transferência de imóveis municipais inabitados, qualificando-os para habitação social de população de rua.
- Mapear áreas nos bairros para implantar contêineres coletores de materiais recicláveis, referenciando cooperativas para a gestão da coleta.
- Apoiar, ampliar e qualificar as cooperativas de catadores(as) de recicláveis nos bairros, ofertando atividades formativas, apoio técnico, equipamentos de proteção individual, além de estratégias para comercialização e beneficiamento dos materiais recicláveis.
- Ampliar a oferta de aluguel social para pessoas em situação de rua, articulando para que estas migrem para o programa Minha Casa, Minha Vida.
- Ofertar serviços de proteção social itinerantes, em territórios/bairros com presença de população em situação de rua (saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional, trabalho e renda, e acesso à documentação civil).
- Implementar alternativas proativas para criar mecanismos que facilitem e garantam respaldo legal para o registro e regularização das associações.
- Apoiar organizações da sociedade civil, incluindo as instituições religiosas, que desenvolvam iniciativas sociais de segurança alimentar e nutricional, apoio à assistência social, orientação jurídica gratuita, proteção e valorização do patrimônio histórico, promoção do progresso econômico e enfrentamento da pobreza, dentre outras.

1.5 Cidadania e Direitos Humanos

- Promover ações que fortaleçam a memória e a verdade, com reparação e justiça, reconhecendo as lutas populares como práticas de resistência democrática em Salvador.
- Estabelecer a criação da Ouvidoria Municipal dos Direitos Humanos e implantar um conjunto de ações transversais para difusão dos Direitos Humanos no município.
- Implantar o Centro de Avaliação, Monitoramento e Observatório Municipal de Defesa Social e Direitos Humanos.
- Criar o Programa Municipal de Mediação e Resolução de Conflitos, incluindo uma Câmara de Conciliação Municipal, para humanizar o tecido social e auxiliar na resolução de conflitos comunitários.
- Reestruturar a Guarda Municipal para atuar com base em parâmetros garantidores dos Direitos Humanos e modernizar a infraestrutura urbana para reduzir o risco de violência.
- Desenvolver programas de educação para os Direitos Humanos que promovam o autoconhecimento, autoestima, respeito próprio, consciência política e cidadã, com foco na construção de autonomia e força coletiva.
- Vamos propor um amplo Programa de Capacitação e Liderança pela Cidadania, apoiando a formação, desenvolvimento e atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSC) na formulação, implementação e controle social das políticas públicas do nosso município.
- Apoiar ações junto ao público masculino voltadas à promoção da paternidade responsável, realizadas pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público da Bahia, iniciativas que incluem a realização gratuita de testes de DNA, tentativas de acordo para reconhecimento da paternidade, dentre outras.
- Assegurar o respeito a todos os dogmas religiosos e manifestações de fé no âmbito do poder público municipal.

- Realizar ações formativas em gênero, raça, etnia e direitos humanos para servidores públicos municipais.

1.6 Promoção da Igualdade Racial

- Incorporar a categoria racial como tema transversal em todas as ações de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas sob responsabilidade da prefeitura.
- Desenvolver um Programa de Lideranças Negras na Prefeitura, gerando inclusão, diversidade e funcionários públicos qualificados com formação antirracista.
- Implementar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) na gestão do Sistema Único de Saúde, para o enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde, com enfoque na abordagem étnico-racial.
- Implementar a Política Municipal de Saúde da População Negra com foco na prevenção e tratamento de doenças prevalentes neste grupo.
- Combater o racismo e a intolerância religiosa, fortalecendo a cultura negra e promovendo a valorização dos Povos e Comunidades Tradicionais de Salvador.
- Estabelecer a formação continuada do corpo docente e dos profissionais da rede pública municipal, fortalecendo a luta antirracista e o respeito à diversidade, a fim de criar um ambiente escolar livre de preconceitos e de discriminação.
- Formular conteúdos curriculares e metodologias que reforcem as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, implementado na rede municipal de ensino a obrigatoriedade das temáticas relativas à história e cultura afro-brasileiras.
- Criar o Instituto Municipal Makota Valdina (IMMV) com intuito de implementar, coordenar e monitorar ações educativas que promovam uma cultura escolar antirracista.

- Implementar um conjunto de programas de combate ao racismo institucional nas escolas, órgãos públicos e empresas privadas, promovendo treinamentos e campanhas de conscientização.

- Criar um programa de memória da nossa história, incluindo: selo de iniciativas culturais e de resgate da memória; Festival Negro de Salvador (FNS); novembro negro de grandes proporções, mobilizando música, cinema, poesia, teatro e demais expressões artísticas, assim como debates sobre o enfrentamento ao racismo no Brasil e no mundo.

- Efetivar canais de denúncia e acompanhamento de casos de discriminação racial, com suporte jurídico e psicológico para as vítimas.

- Dinamizar a execução do Estatuto Municipal da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa, fortalecendo as políticas de promoção da igualdade racial e combate à discriminação.

- Garantir o funcionamento efetivo do Observatório Municipal Racial.

- Criar espaço institucional próprio da Prefeitura para o fomento de ações voltadas ao empreendedorismo negro.

- Criar cotas raciais e de gênero nos programas de habitação popular.

- Garantir a capoeira no currículo escolar do ensino infantil ao fundamental, à luz do que dispõe a Lei Estadual 23.281/2019, conhecida como Lei Moa do Katendê. Ressalta-se que uma iniciativa similar foi aprovada por unanimidade na Câmara Municipal de Salvador e foi vetada, em 2021, pelo atual prefeito e candidato à reeleição.

- Adesão do município ao Plano Juventude Negra Viva do Governo Federal.

- Criar o Programa de Combate à Violência por meio de ações culturais, artísticas, desportivas e de lazer nas comunidades, disseminando a cultura da paz.

- Desenvolver políticas públicas geradoras de oportunidades no mundo do trabalho, por meio da implantação de políticas de cotas e programas de empreendedorismo.

- Criar cursos de formação para funcionários da educação, segurança, saúde e demais servidores, visando o letramento antirracista.
- Realizar campanha publicitária com conteúdo antirracista e linguagem acessível para ser veiculada em locais de grande circulação de pessoas e nas redes sociais.
- Criar um programa de formação para motoristas de aplicativo e do transporte público a fim de prevenir situações de intolerância e racismo religiosos.

1.7 Comunidades Tradicionais

- Assegurar a aplicação eficaz da Lei 10.639/03 no Sistema Municipal de Educação, formulando disciplinas, conteúdos e metodologias relacionadas à história e cultura afro-brasileiras.
- Oferecer capacitação a membros de comunidades tradicionais sobre direitos e acesso às políticas públicas e à qualificação profissional.
- Criar a Política Municipal para a sustentabilidade dos povos e comunidades tradicionais.
- Estabelecer mecanismos de financiamento para garantir insumos e aviamentos para colônias, associações e comunidades de pesca e mariscagem.
- Criar e requalificar espaços de beneficiamento e comercialização do pescado capturado pelas comunidades de pescadores artesanais e marisqueiras no município, cuidando de apoiá-los com infraestrutura e formação para garantia da segurança sanitária.
- Estabelecer políticas transversais de promoção do empoderamento social e econômico das comunidades tradicionais de Salvador.
- Requalificar e ampliar o Atracadouro de Plataforma para estimular a visitação turística integrada, melhorando o acesso às ilhas de Salvador, e desenvolver o Parque Gastronômico de Plataforma.

- Reformar, ampliar e requalificar os mercados de pescado de Salvador, desenvolvendo novas estratégias de comercialização.

- Revitalizar e melhorar a infraestrutura das ilhas de Salvador, restaurando áreas degradadas e envolvendo as comunidades locais em ações de preservação ambiental.

- Fortalecer o Sistema Municipal de Promoção da Igualdade Racial através dos seus entes constitutivos, dentre eles: Conselho Municipal; Fundo Municipal; Estatuto de Combate ao Racismo e Intolerância Religiosa; Programa de Combate ao Racismo Institucional.

1.8 Defesa das Mulheres e da Igualdade de Gênero

- Empoderar a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres como órgão formulador, articulador e executor de políticas, dotando-a de condições orçamentárias e de pessoal suficientes para o cumprimento de suas funções.

- Implantar o programa Mais Mulheres no Poder, ampliando e fortalecendo a presença de mulheres em cargos de liderança na prefeitura de Salvador.

- Garantir a equidade no acesso à educação considerando as necessidades educacionais das mulheres, bem como reformular conteúdos curriculares e programáticos que contenham referências discriminatórias de gênero.

- Implantar no município o Projeto de Creche 24 horas com horários flexíveis que, além de ampliar a assistência à criança, permita que a mãe possa trabalhar e estudar.

- Ampliar o número de Centros de Apoio e Acolhimento a mulheres vítimas de violência para auxiliá-las no enfrentamento a esta situação de vulnerabilidade.

- Realizar campanhas de conscientização e prevenção contra o assédio e a violência sexual nos órgãos e empresas públicos, nos transportes e áreas públicas, envolvendo os meios de comunicação, entidades esportivas, dentre outros.

- Regulamentar no município, à luz das discussões em torno do Projeto de Lei 3258/19 – que foi aprovado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados –, normativo que institua que mulheres, idosos e pessoas com deficiência, no período noturno, tenham direito ao desembarque fora dos pontos de ônibus em Salvador.

- Elaborar e implementar o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, criando novos centros de referência regionais e aprimorando o funcionamento dos três já existentes.

- Fazer parceria com o Governo da Bahia para promover o Selo Lilás, de modo a reconhecer e certificar as empresas soteropolitanas que adotem efetivamente políticas de igualdade de gênero e atuem na defesa das mulheres contra a discriminação, o assédio e a violência sexual (com base na Lei Estadual 14.343/2021).

- Ofertar, em parceria com as universidades, a realização de curso de Libras para mães de crianças com deficiência auditiva.

- Assegurar o fácil acesso das mães ao vale-enxoval: benefício no valor de três salários mínimos para mães de nascituros.

- Criar de forma ampla uma Plataforma de empreendedorismo e-commerce (comércio eletrônico) para as mulheres empreendedoras de Salvador com foco nos bairros soteropolitanos.

- Garantir o direito à cidade, considerando a diversidade de gênero e a participação ativa das mulheres na construção de espaços urbanos mais inclusivos.

- Criação do Mulheres Livres da Violência, fundo de financiamento do enfrentamento às violências, com medidas de fortalecimento da rede de enfrentamento à violência, oferecendo abrigamento seguro e sigiloso para mulheres sob ameaça de feminicídio.

- Apoio às Organizações de Mulheres com a criação de editais públicos específicos para financiar projetos que promovam o empoderamento feminino.

- Reestruturar e garantir o pleno funcionamento do Conselho Municipal da Mulher, com base na Lei nº 3.542/1985, assegurando o efetivo desempenho do seu papel de ente formulador, consultivo e fiscalizador das Políticas Públicas.

- Promover e Valorizar a Produção Cultural das Mulheres, por meio de editais exclusivos para projetos por elas liderados.

- Apoiar iniciativas de esporte e lazer para as mulheres em todas as regiões da cidade, incluindo a construção e revitalização de centros esportivos em bairros periféricos.

1.9 Criança e Adolescente

- Consolidar e fortalecer a Fundação Cidade Mãe como importante condutora das políticas públicas para crianças e adolescentes.

- Desenvolver programas de prevenção à violência contra crianças e adolescentes, fortalecendo a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e promovendo a gestão integrada de políticas voltadas para esses grupos.

- Construir uma política de formação inclusiva em direitos humanos de crianças e adolescentes, consistente e efetiva, que envolva toda a comunidade.

- Avançar na universalização de políticas para erradicar o trabalho infantil e a exploração de crianças e adolescentes, cuidando de aumentar a fiscalização, priorizando ações de prevenção por meio da oferta integrada de serviços socioassistenciais e de fortalecimento das estrategias de trabalho e renda desenvolvidas pelas famílias pobres, bem como de conscientização da comunidade acerca dos riscos para o futuro das crianças que trabalham.

- Criar o Programa Infância Protegida com foco na prevenção e proteção de meninas e adolescentes vítimas ou em risco de violência sexual.

- Criar o Programa Leitura Solidária para incentivar a cultura da leitura entre crianças e adolescentes, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento educacional no interior das redes pública e privada de ensino. Vamos articular

um amplo programa solidário de doação de livros (sindicatos, empresas privadas, Organizações da Sociedade Civil, etc.) no Dia das Crianças (12 de Outubro) com meta de entregar 150 mil livros anuais de presente para as nossas crianças soteropolitanas, priorizando a indicação de livros paradidáticos de autores baianos.

- Implementar Centros de Referência Municipais para Atendimento Educacional Especializado, com foco no apoio às crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem e deficiências.

- Inserir adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em cursos profissionalizantes, conforme suas aptidões, articulando parcerias com instituições que ofertem tais serviços e criando incentivos municipais para empresas que os empreguem.

- Ampliar em 50% as vagas para alunos em escolas de tempo integral, promovendo a inclusão e diversificação das experiências educativas, tecnológicas, artísticas e esportivas.

- Implantar um Programa Municipal de Combate à Evasão Escolar, com ampla mobilização para inclusão de jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de alfabetização no tempo certo (EJA).

1.10 Juventude

- Programa Jovem Profissional: oferecer preparação para o mundo do trabalho, orientação vocacional e incentivo ao empreendedorismo para adolescentes e jovens.

- Implementar o Programa Primeiro Emprego Municipal, destinando, a jovens egressos de escolas públicas de educação básica, vagas de trabalho temporário no âmbito da administração pública e junto a empresas privadas parceiras para que, partindo desta experiência, tenham melhores condições de superar as barreiras de acesso ao mercado de trabalho.

- Efetivar a adesão do município ao Programa "Partiu Estágio" do governo do estado, unificando a demanda de estágios na prefeitura a um único processo seletivo, garantindo já no primeiro ano até mil vagas de estágio para jovens residentes em Salvador.

- Criar a Rede de Educação Profissional Municipal com novos cursos técnicos e qualificações, em parceria com instituições de ensino e empresas locais, orientando a ofertas formativas para as demandas do mercado local de trabalho.

- Elaborar e implementar o Plano Municipal da Juventude (2026-2036): um plano específico para o segmento que aborde questões como educação, emprego e renda, saúde, cultura, esporte e lazer, ciência, tecnologia e inovação, e direitos humanos, garantindo a participação ativa dos jovens na formulação e implementação dessas políticas.

- Ampliar e qualificar as atividades culturais, de esporte e lazer para jovens de toda cidade, promovendo festivais, torneios esportivos e outros eventos lúdicos.

- Estudar a ampliação do horário de funcionamento do transporte público em Salvador para 24 horas, buscando assegurar que todos os que necessitem tenham acesso a transporte adequado a qualquer hora do dia ou da noite.

- Fortalecer o atendimento à saúde da juventude a partir da escola, ampliando a oferta de serviços odontológicos, psicológicos, oftalmológicos, de cobertura vacinal, dentre outras especialidades.

- Estabelecer Centros de Saúde e Bem-Estar Juvenil para oferecer atendimento especializado em hebiatria, incluindo saúde mental e apoio psicológico aos jovens.

- Criar um Programa de Atendimento Integral e Acolhimento com o objetivo de oferecer suporte multidimensional a jovens em situação de vulnerabilidade e dependência química.

- Implementar o Programa Juventude em Ação, através do desenvolvimento de plataformas digitais interativas onde os jovens poderão propor, discutir e votar em projetos e políticas públicas locais, promovendo maior transparência e engajamento.

- Desenvolver um Programa de Mídias Digitais e Tecnologia com cursos e workshops voltados para habilidades tecnológicas e digitais.

- Implantar equipamentos públicos como praças da juventude, com quadras, pista de skate, área para atividades culturais, com wi-fi gratuito.

1.11 População Idosa

- Fortalecer as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), garantindo que ofereçam serviços de qualidade e atendimento humanizado.
- Implementar políticas que garantam a acessibilidade e mobilidade dos idosos na cidade, com infraestrutura adequada como rampas, corrimões e transporte público acessível.
- Criar um observatório para monitorar e garantir os direitos da população idosa, promovendo ações de proteção contra violência e negligência.
- Realizar campanhas de conscientização sobre os direitos dos idosos e a importância de seu papel na sociedade, incentivando boas práticas e respeito.
- Promover a visibilidade e reconhecimento da pessoa idosa em toda a cidade, buscando forjar uma cultura de respeito e acolhimento.
- Criar e fortalecer centros de convivência que ofereçam atividades culturais, recreativas e educacionais para a população idosa, promovendo a socialização e o bem-estar.
- Organizar eventos e programas específicos para idosos, como festivais de cultura, esportes adaptados e grupos de convivência.
- Avançar na atenção primária à saúde com foco no cuidado e proteção aos idosos.
- Garantir saúde integral, voluntariado, inclusão social, proteção de direitos, acessibilidade e atividades culturais, visando assegurar uma vida digna e ativa para os idosos.
- Criar programa de inclusão digital para pessoas idosas, ampliando-lhes o acesso e usufruto das potencialidades do ambiente virtual.

1.12 Pessoas com Deficiência

- Discutir com a sociedade a elaboração e implantação de um Plano Municipal de Políticas Públicas, visando a garantia dos direitos das pessoas com deficiência.
- Reavaliar o IPTU de residências em que moradores ou proprietários sejam pessoas com deficiência, considerando se estes apresentam vulnerabilidade econômica.
- Fortalecer o Conselho Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência, garantindo participação ativa das mesmas nas tomadas de decisões.
- Aplicar a Política Nacional de Cuidados no município de Salvador.
- Garantir a manutenção das instituições sociais de direitos das pessoas com deficiência no município de Salvador.
- Ampliar e adequar equipamentos urbanos com acessibilidade e estrutura moderna.
- Garantir e adaptar o transporte público com acessibilidade e qualidade para as pessoas com deficiência, realizando adequação de placas com fonte ampliada, rampas, aviso sonoro, pistas táteis, dentre outros.
- Qualificar a comunidade escolar na perspectiva da Educação Inclusiva, bem como equipar as escolas com salas de recursos multifuncionais (SEM) e garantir equipes de apoio e atendimento educacional especializado (AEE).
- Disponibilizar no Serviço Municipal de Intermediação de Mão de Obra – SIMM capacitação voltada para mães de pessoas com deficiência e seus filhos.
- Apoiar iniciativas de empreendedorismo entre pessoas com deficiência, com acesso ao microcrédito e consultoria.
- Garantir o atendimento especializado (tecnologia assistiva) para pessoas com deficiência nos órgãos e espaços públicos.
- Incluir nos programas habitacionais a construção de moradias adaptadas para pessoas com deficiência.

- Transformar a Central de Intermediação em Libras (CIL) em uma Central de Comunicação para Pessoas com Deficiência.
- Efetivar a Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA) no município.
- Garantir o cumprimento da lei de cotas para as pessoas com deficiência nos concursos públicos, tanto nos órgãos de administração direta ou indireta, nas autarquias e nas fundações públicas, bem como na contratação de trabalhadores terceirizados.
- Promover e fomentar eventos, projetos culturais e esportivos que incluam pessoas com deficiência, e sejam realizados com infraestrutura adaptada e acessível.
- Oferecer incentivos fiscais para empresas que contratem pessoas com deficiência.
- Implementar políticas de combate à violência contra pessoas com deficiência.

1.13 População LGBTQIAPN+

- Implementar programas de capacitação para professores sobre diversidade sexual e de gênero, garantindo os direitos desse público no ambiente escolar.
- Garantir a inclusão, respeito e permanência dessa população nas escolas, com formação continuada dos profissionais que atuam na área, desde a portaria até a sala de aula.
- Criar programa específico e estabelecer parcerias com escolas da rede municipal para combater o bullying e a violência contra pessoas LGBTQIAPN+.
- Garantir atendimento humanizado e especializado para a comunidade LGBTQIAPN+ nos serviços de saúde pública, conforme protocolos indicados pelo Conselho Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde, disponibilizando o tratamento especializado para cada situação.

- Desenvolver políticas de conduta, treinamento específico e campanhas de cidadania e conscientização junto a Guarda Municipal para atendimento especializado dos crimes contra a comunidade LGBTQIAPN+ de Salvador.
- Desenvolver programas de capacitação profissional voltado para pessoas LGBTQIAPN+, incentivando empresas a adotarem políticas inclusivas e ampliarem as contratações de pessoas desta comunidade.
- Incluir pessoas da comunidade LGBTQIAON+ nos programas habitacionais da prefeitura, priorizando aquelas em situação de vulnerabilidade.
- Fortalecer órgãos e conselhos de defesa dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+.
- Criar centros municipais de referência de atenção e acolhimento para pessoas LGBTQIAPN+, para dar apoio psicológico e social de forma descentralizada em locais estratégicos da cidade.
- Criar programas específicos para a inclusão e apoio a jovens LGBTQIAPN+ no âmbito da educação inclusiva, moradia, cultura, esporte e lazer.
- Incentivar a prática de esportes por pessoas LGBTQIAPN+ com estabelecimento de espaços públicos livres de discriminações.
- Promover Salvador como um destino acolhedor para a comunidade LGBTQIAPN+.
- Fortalecer os programas de assistência social para pessoas LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade, com treinamento especializado para o atendimento de pessoas trans nos CRAS do município.
- Promover a saúde integral da população LGBTQIAPN+, inclusive a saúde mental, com prevenção ao suicídio.
- Capacitar profissionais do município sobre questões relacionadas à comunidade LGBTQIAPN+ incluindo o conhecimento acerca de todos os direitos garantidos em leis federais, estaduais e municipais.
- Promover e ampliar a representação LGBTQIAPN+ em comitês, câmaras e conselhos vinculados às secretarias municipais de governo .
- Requalificar o Plano Municipal de Promoção da Cidadania LGBTQIAPN+.

1.14 Segurança Alimentar e Nutricional

- Criar o Plano Salvador Sem Fome com o objetivo de erradicar a fome e de garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável no município.
- Garantir uma rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição que sirva café, almoço e jantar de forma gratuita para as pessoas em situação de fome e insegurança alimentar, articulando restaurantes populares, cozinhas comunitárias, cozinhas solidárias, bancos de alimentos, dentre outras iniciativas.
- Incentivar a criação de hortas comunitárias, inclusive em terras públicas, ampliando a oferta de alimentos saudáveis e a geração de renda nas comunidades.
- Fortalecer o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), comprando direto da agricultura familiar de municípios vizinhos para serem utilizados na alimentação escolar, unidades de saúde e entidades de proteção social que atuam em Salvador.
- Implantar Programa de Prevenção e Redução da Desnutrição Infantil, por meio de normatização das ações e dos processos de trabalho na Atenção Básica, nos centros especializados e em âmbito hospitalar.
- Aderir ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN);
- Promover ações de educação alimentar e nutricional, incluindo o incentivo à alimentação saudável, combate ao desperdício alimentar e o estímulo à prática de atividades físicas para a prevenção e redução do sobrepeso e da obesidade.
- Elaborar e implementar um Plano Municipal de Abastecimento Alimentar, priorizando os circuitos curtos de abastecimento de alimentos saudáveis nos bairros.
- Criar Programa de Hortas Escolares com formações voltadas à educação ambiental, alimentar e nutricional, incluindo premiações que estimulem os estudantes, educadores e as escolas que desenvolverem projetos dessa natureza.

- Implantar uma Política de Fortalecimento da Pesca Artesanal e da Mariscagem, com assistência técnica continuada, disponibilização de equipamentos, apetrechos, embarcações e capital de giro.

1.15 Segurança Pública e Prevenção à Violência

- Criar a Secretaria Municipal de Segurança Cidadã (SMSC), que será responsável pela Guarda Civil Municipal (GCM) e por manter interlocução com a Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP-BA).
- Pilares do Programa Segurança Cidadã: assegurar a prevenção social à violência e garantia de direitos; segurança pública e defesa social; pactuação institucional; participação da sociedade civil e das comunidades.
- Criar o Conselho Municipal de Segurança Cidadã e Direitos Humanos (SMSC) para apoiar a elaboração da política, bem como exercer-lhe o controle social.
- Ampliar o quadro de servidores da Guarda Civil Municipal (GCM).
- Encaminhar à Câmara Municipal de Salvador a legislação que promove aposentadoria especial para guardas municipais.
- Criar o Sistema Municipal de Segurança Pública e Defesa Social de Salvador.
- Garantir a segurança em eventos públicos e espaços de grande circulação de pessoas.
- Estabelecer canais de atendimento eficazes para denúncias e emergências, proporcionando uma resposta rápida e adequada.
- Assegurar a proteção de instalações, equipamentos e serviços públicos municipais, prevenindo vandalismos e outras formas de destruição do patrimônio.
- Estabelecer parcerias e promover a cooperação com as polícias estaduais (Polícia Militar e Polícia Civil), Bombeiros, Polícia Federal e outros órgãos de segurança.

- Implementar sistemas de monitoramento urbano, como câmeras de segurança e centros de comando e controle integrado à Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP-BA).

- Fomentar a participação cidadã e a colaboração com lideranças comunitárias, a fim de fortalecer a relação de confiança entre a população e os órgãos de segurança.

- Implementar programas de redução de danos voltados para usuários de substâncias psicoativas, oferecendo suporte e tratamento adequado.

- Implementar ações de prevenção e combate à discriminação e à violência contra grupos vulneráveis, como a população LGBTQIA+.

- Desenvolver políticas específicas para prevenir e combater a violência de gênero, incluindo apoio às vítimas e medidas de conscientização.

- Envolver a comunidade na elaboração e na implementação de políticas de segurança, promovendo a criação de Conselhos Municipais e Distritais de Segurança Pública e Defesa Social.

- Desenvolver políticas transversais específicas para prevenção e combate à violência de gênero em interação com o sistema estadual de segurança, incluindo a oferta de apoio às vítimas com acolhimento e cuidado.

- Estabelecer um Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) para monitoramento, visando assegurar respostas rápidas e eficazes às emergências e incidentes de segurança, utilizando como suporte a tecnologia de ponta, como câmeras de vigilância e sistemas de análise preditiva integrados à SSP-BA.

- Valorizar os profissionais da segurança pública municipal com a regulamentação e execução do Plano de Cargos e Salários, capacitação e treinamento voltados para o fortalecimento de uma atuação eficiente e humanizada. Iremos, ainda, oferecer programas de educação continuada para atualização e aprimoramento das competências dos agentes municipais de segurança.

- Articular e participar ativamente da política nacional de combate ao furto e roubo de celulares a ser implementada na cidade pela Guarda Civil Municipal (GCM), com o apoio da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP-BA) e o Ministério da Justiça.

EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EMPREGO E VALORIZAÇÃO DA ECONOMIA CRIATIVA

2.1 Comércio e Serviços

- Desenvolver o Projeto Comércio Vivo, por meio da ocupação de espaços inativos da cidade baixa, para empreendedores da economia criativa com isenção total de tributos por 3 anos, tendo como contrapartida a manutenção dos imóveis e a sua arborização.

- Transformar o comércio numa área cultural da cidade com teatros, cinemas, restaurantes, museus, bibliotecas, espaços alternativos, livrarias, cafés, bistrôs, centros culturais, incluindo a adaptação dos prédios comerciais desocupados para habitação.

- Dentro da perspectiva da economia criativa, criar uma plataforma digital para auxiliar os prestadores de serviços e os comerciantes de varejo digital a reduzirem os seus custos, permitindo a estes microempreendedores formais e informais desfrutarem dessa plataforma única municipal.

- Diante do impacto do e-commerce na economia local e no desempenho de micro e pequenas empresas, devemos capacitar e integrar o comércio de Salvador em uma nova plataforma e-commerce.

- Gerar Rodadas Anuais de Negócio com o apoio do Sebrae.

- Salvador B2B: implementar um programa econômico de incentivo a empresas de prestação de serviços a outras empresas (B2B), oferecendo benefícios fiscais e apoio na formação de redes de negócios. As redes de negócios consistem em criar um ambiente colaborativo entre empresas, facilitando

a troca de informações, parcerias estratégicas e oportunidades de negócios através de eventos, feiras e plataformas online.

- Fortalecer a economia criativa, solidária e as finanças solidárias, facilitando o acesso ao microcrédito produtivo orientado e oferecendo serviços de assistência técnica e extensão urbana.
- Regulamentar serviços concedidos ou contratados pelo poder público e criar uma agenda municipal do trabalho decente, assegurando direitos trabalhistas e promovendo um ambiente justo para trabalhadores e empregadores no comércio.
- Proporcionar ambiente de negócios favorável para a entrada de novos empreendimentos.
- Desenvolver uma nova política de incentivos fiscais focada na atração de empresas de tecnologia de ponta, utilizando a capacidade instalada do Cimatec e das instituições superiores de ensino e pesquisa de Salvador.

2.2 Nova Industrialização

- Criar o Polo Industrial Criativo do Carnaval e Festas Populares (PICC), um complexo com empresas e fábricas voltadas a articular a cadeia produtiva e logística do carnaval e dos grandes eventos populares de Salvador e da Região Metropolitana, gerando um grande polo de empregos e oportunidades.
- Estabelecer parcerias com a Federação das Indústrias, do Comércio e Serviços para alavancar as indústrias intensivas em tecnologias e desenvolver novas atividades econômicas, gerando emprego e renda.
- Incentivar arranjos produtivos locais da moda, roupas e acessórios, conectando esta indústria aos mercados nacionais e internacionais com base nas plataformas de comércio eletrônico.
- Buscar atrair agroindústrias e fábricas que possam dinamizar o vetor acesso norte da cidade como um grande polo com fábricas e serviços.

- Elaborar, em parceria com a FIEB, o mapa estratégico das indústrias, com objetivo de formular uma política industrial para Salvador.

- Fortalecer as relações de Salvador com metrópoles de outros países e com a Região Metropolitana, criando sinergias e promovendo o desenvolvimento econômico integrado.

- Fortalecer a capacidade instalada e focar em nichos mais especializados e intensivos em conhecimento.

- Estimular a organização e expansão da pequena indústria local, notadamente dos arranjos produtivos nos segmentos da moda e confecção, de alimentos, mobiliário, editoração e gráfica.

- Avançar no desenvolvimento de um ecossistema de startups, que precisa ser incentivado em áreas como software, aplicativos, comércio eletrônico e serviços digitais. Trata-se de um setor a meio caminho entre a indústria e a prestação de serviços, que já conta em Salvador com centenas de empresas, algumas de grande porte.

- Indústria de Suporte ao Turismo. Produção de artesanato e vestuário com inspiração na cultura local. Produção de souvenirs (lembranças). Bebidas e alimentos típicos, que possam ser consumidos em nossos bares e restaurantes, mas também levados pelos turistas que nos visitam.

2.3 Turismo

- Fortalecer o Afroturismo como uma das principais políticas estratégicas de expansão do setor turístico de Salvador, valorizando os roteiros turísticos e os pontos de visitação de experiências afrocentradas na capital baiana.

- Implementar uma política municipal de turismo, incluindo a pactuação de diretrizes, o estabelecimento de obrigações e procedimentos para prestadores de serviços turísticos que atuam no setor (meios de hospedagem, agências de turismo, parques temáticos, transportadoras turísticas, guias de turismo e condutores de visitantes), visando o ordenamento da atividade no âmbito do município.

- Definir a capacidade de carga dos equipamentos turísticos e a criação de programas de incentivo para captação e ampliação de investimentos no setor do turismo.

- Estruturar os roteiros para fomentar o turismo náutico e comunitário nas ilhas, promovendo a economia local através da valorização da cultura e da gastronomia típica.

- Adaptação para a acessibilidade das instalações e equipamentos nas edificações turísticas e espaços de lazer (exemplo: orla e centro histórico), com a implementação do selo "Turismo Acessível" nos empreendimentos turísticos.

- Desenvolver projetos de turismo de experiência, garantindo um circuito de movimentação econômica em comunidades que não estão no "Centro Turístico" mais valorizado de Salvador, ampliando as visitações às comunidades tradicionais na capital baiana.

- Promover a educação ambiental e turística por meio da implantação de Programa de Coleta Seletiva nos grandes empreendimentos e espaços públicos turísticos, evitando o desperdício dos recursos naturais, através da reciclagem dos insumos e destinação correta dos resíduos orgânicos.

- Desenvolver um Programa de Qualificação da mão de obra local, para aprimoramento dos serviços turísticos e fidelização dos turistas ao destino, além de incentivar a formalização de empreendedores no setor do turismo.

- Desenvolver estudos focados na elaboração de novos roteiros e produtos turísticos para a diversificação da oferta do destino Salvador, promovendo a inclusão social, sustentabilidade, inovação e maior competitividade no setor comparado aos principais destinos turísticos do Brasil.

- Implementar Programa de Turismo Comunitário urbano sustentável, com infraestrutura adequada, utilizando o potencial turístico local, em comunidades organizadas.

- Valorizar e apoiar a Baía de Todos os Santos (BTS) como vetor de crescimento e expansão do turismo náutico e experiências de ecoturismo, captando um público doméstico para experiências de turismo histórico e ecoturismo.

- Articular a criação do Festival Gastronômico Bahia Negra em Salvador, articulando o público local e doméstico do país para vivenciar experiências afrocentradas nos bairros da cidade, valorizando os bairros, a música e os empreendimentos alternativos de bares e restaurantes soteropolitanos.

- Estruturar Circuitos Culturais e Turísticos Integrados para melhor aproveitamento da visitação ao Centro Histórico de Salvador (ex: Circuito das Artes; Circuito Gastronômico; Circuito da Música, Circuito Religioso, entre outros).

- Estruturar uma nova etapa do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) focado no Pelourinho, na Cidade Baixa e nas ilhas da Baía de Todos os Santos (BTS).

- Desenvolver e atualizar as metas para o PRODETUR Baía de Todos os Santos em parceria com o Governo do Estado e Prefeituras, visando a integração e desenvolvimento sustentável do turismo na região metropolitana.

- Promover projetos turísticos e sociais para inserção de jovens em situação de vulnerabilidade do Centro Antigo de Salvador no mercado turístico.

- Promover o Destino Salvador, de forma mais abrangente e inovadora, contemplando a diversidade da oferta turística, novos roteiros e produtos turísticos, através da participação em grandes feiras e eventos nacionais e internacionais, além de realizar campanhas de promoção do destino nesses mercados e meios de comunicação.

- Criar uma Coordenação Interfederativa de Cultura e Turismo para a gestão compartilhada do carnaval de Salvador, o principal evento turístico do estado em todos os anos, atraindo milhares de turistas nacionais e estrangeiros.

- Incentivar a produção associada ao turismo dentro da proposta de economia criativa, abrindo novos campos de trabalho, emprego e renda para a população local.

- Requalificar a Cidade Baixa como um espaço com infraestrutura turística diante da proposta de instalar o Museu Oceanográfico da Baía de Todos os Santos, uma homenagem à maior Baía do Brasil, abrigando 56 ilhas e diversas cidades em seu entorno de grande riqueza cultural.

2.4 Geração de Emprego e Renda

- Implantar um Programa de 1º Emprego e de Estágio para a juventude soteropolitana.
- Realização de concursos públicos para atender os déficits de servidores da administração em áreas estratégicas.
- Reestruturar o Sistema Público de Emprego, com a ampliação do SIMM (Sistema de Intermediação Municipal de Mão de Obra), em articulação com o SINE BAHIA do governo do estado.
- Articular as políticas de qualificação, certificação, orientação profissional e intermediação de mão de obra, orientando-as de acordo com as demandas do mercado local de trabalho e de forma antecipada às oportunidades decorrentes de grandes investimentos públicos e privados no município e entorno, a exemplo da implantação do VLT e Sistema Viário Oeste (ponte Salvador-Itaparica), implantação da Fábrica da BYD na área da antiga Ford em Camaçari, dentre outros.
- Apoiar a criação e autogestão pelos próprios trabalhadores de aplicativos alternativos às grandes plataformas como forma de melhoria da qualidade do emprego, da renda e da proteção social nesse segmento.
- Qualificar com o apoio do Sebrae as microempresas da área de serviços que possuem alta demanda e podem aumentar a renda diante de serviços com maior valor agregado.
- Implantar o Programa de Qualificação Social e Profissional, ação conjunta com as Secretarias Municipal e Estadual de Educação visando elevar a escolaridade e qualificação das pessoas da População Economicamente Ativa (PEA).

2.5 Projetos estratégicos para Salvador

- A chegada da Ponte Salvador-Itaparica vai dinamizar a nossa economia e o vetor de crescimento da cidade em direção à Baía de Todos os Santos (BTS) e ao Sul da Bahia, o que coloca o que aponta um cenário de crescimento econômico.

- As obras do VLT do Subúrbio representam um avanço na mobilidade urbana da Cidade Baixa, impactando uma parte importante do Centro Histórico de Salvador. Vamos ampliar ações na área de influência do VLT, em especial na requalificação urbana de áreas fundamentais de desenvolvimento, levando mais emprego e renda para a população.

- Projeto de reforma e reestruturação do Porto de Salvador, em parceria com a Companhia de Docas da Bahia (Codeba) e a iniciativa privada, transformando parte dos galpões em centros de cultura, serviços, lazer e entretenimento, constituindo-se em polo irradiador da revitalização da Cidade Baixa.

- Articular com os governos estadual e federal, para avaliar todas as possibilidades de (re)integração do Porto de Salvador com o sistema ferroviário (a ser requalificado), e consequentemente aos polos logísticos e industriais da RMS e além, visando ampliar fortemente a competitividade logística da cidade, otimizando custos e gerando uma gama de oportunidades de negócios, qualificação profissional, trabalho, emprego e renda.

2.6 Empreendedorismo e MPEs

- Criar o Programa Empreende+: oferecer às micro e pequenas empresas, em parceria com o Sebrae e organizações da sociedade civil, a capacitação, orientação, mentoria, acompanhamento de ações de curto prazo e certificação.

- Ampliar os hubs de economia criativa para outros bairros de Salvador.

- Reestruturar imóveis comerciais abandonados na cidade para implantação do Programa Meu Primeiro Escritório, disponibilizando salas comerciais para jovens recém-formados.

- Articular o projeto Feira do Bairro aos finais de semana, articulando um espaço de lazer e consumo nos principais bairros de Salvador, articulando empreendedores e agentes culturais.
- Ampliar a oferta de cursos de capacitação para baianas de acarajé, doceiras e demais profissionais ligados ao circuito gastronômico de Salvador.
- Elaborar uma plataforma e-commerce (comércio eletrônico) nos bairros para a divulgação do comércio e serviços, valorizando a economia popular de Salvador.
- Articular e apoiar a instalação de centros comerciais e galerias nos bairros para a organização e o fortalecimento dos comerciantes locais.
- Apoiar a instalação de food parks (praças de alimentação) nos bairros de Salvador, articulando programação cultural e de lazer aos finais de semana.
- Utilizar as compras governamentais para fomentar as MPEs.
- Criar Banco Municipal de Crédito para financiar as MPEs e trabalhadores informais.
- Criar o Balcão Único de atendimento eficiente às empresas, desburocratizando os processos.
- Fomentar a criação de infraestruturas locais como ruas revitalizadas, centros comerciais de Pequenos Negócios, centrais de serviços, condomínios empresariais, entre outras iniciativas.
- Rever o IPTU dos imóveis para possibilitar a abertura e manutenção de estabelecimentos de micro e pequenos empreendimentos comerciais, de serviços e pequenas indústrias no município;

2.7 Economia Popular e Solidária

- Implantar o Programa Economia Popular Soteropolitana para promover a inclusão socioprodutiva e apoiar trabalhadores e trabalhadoras da economia popular que trabalham por conta própria, incluindo por conta própria, por meio de ações da Assistência Técnica e Extensão Urbana (ATEURB),

capacitação técnica e gerencial, acesso a crédito, fomento, formalização e indução de redes de colaboração nos moldes do Programa Vida Melhor Urbano do Governo do Estado da Bahia.

- Criação de uma Central de Oferta de Serviços para facilitar a intermediação entre ofertantes e demandantes, atendendo trabalhadores autônomos, associações e cooperativas.
- Utilizar as Compras Públicas para fomentar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas e das iniciativas de economia solidária locais.
- Implementar programas de finanças solidárias, promovendo a criação de fundos rotativos e cooperativas de crédito para apoiar iniciativas de economia solidária.
- Criar laboratórios de inovação social em bairros, oferecendo oficinas e espaços para o desenvolvimento de projetos comunitários e empreendimentos solidários.
- Estabelecer parcerias com ONGs, universidades e instituições de pesquisa para apoiar o desenvolvimento de projetos de economia solidária, oferecendo suporte técnico e científico às iniciativas comunitárias.
- Incentivar o associativismo e outras formas de organização da produção.
- Implementar Política Municipal de Assessoria/Assistência Técnica e Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários.
- Implementar programas de inovação e tecnologia solidária, fomentando a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico das principais cadeias produtivas da ECOSOL em Salvador.

2.8 Economia Criativa

- Criar o Polo Criativo do Carnaval de Salvador voltado a unificar a maior parte do processo criativo em torno da realização operacional e logística de um dos maiores eventos culturais do Brasil.

- Estimular atividades e empreendimentos culturais, educacionais e de lazer, especialmente no setor da Economia Criativa, promovendo eventos e atividades que valorizem a produção local.

- Articular uma rede de arranjos produtivos com vistas a fortalecer a geração de emprego e renda, entre alguns setores da economia local como vestuário, gastronomia, comunicação, cultura, educação, entre outros.

- Atualizar o Plano Urbanístico do Centro Histórico de Salvador, incluindo a restauração, requalificação e modernização da infraestrutura e das edificações históricas para adaptá-las a novos usos culturais e turísticos.

- Criar o Parque de Eventos de Salvador como um polo de economia criativa com projeção para a atração de negócios de todo o Brasil.

- Incentivar a economia solidária e criativa por meio de políticas de apoio a cooperativas, associações e pequenos empreendedores, facilitando o acesso ao crédito e a mercados consumidores

- Fomentar a cadeia da economia criativa com melhoria e expansão da oferta de crédito, qualificação e assistência técnica para os empreendedores deste setor, sobretudo micro e pequenos empreendedores.

2.9 Economia do Mar

- Integrar as ilhas e as cidades do Recôncavo, através da implantação da Via Náutica e programas de incentivo às atividades relacionadas à cultura do mar, fomentando o turismo cultural e ambiental.

- Organizar uma política do turismo náutico voltada a fortalecer eventos relacionados ao turismo de sol e praia, atraindo eventos de projeção nacional para Salvador.

EIXO 3 – CULTURA: RAÍZES E FORÇAS DE UM POVO

3.1 Democratização do acesso à Cultura

- Fortalecer a relação do município com o Sistema Nacional de Cultura (SNC) para formulação de um planejamento cultural que respeite os elementos do Sistema.
- Fortalecer o programa Amô pelo Pelô, programa de dinamização cultural que ocupa os Largos do Pelourinho (Tereza Batista, Quincas Berro D'Água e Pedro Archanjo), contemplando uma programação diversa e plural, ocupando, ainda, os Museus e as ruas do Centro Histórico.
- Criar a campanha Leia e Passe Adiante - Salvador, Cidade que Lê para distribuição gratuita, troca e compartilhamento de livros com crianças e adolescentes da cidade, com ênfase na rede pública de ensino, por meio de aquisição de livros por parte da Prefeitura e doações de empresas privadas e da sociedade civil.
- Apoiar a criação de rodas de leitura, saraus, feiras e festas literárias, nos bairros periféricos da cidade, concursos literários, encontros com autores locais e nacionais etc.
- Adotar a Lei da Cultura Viva para apoiar organizações comunitárias e movimentos de base, construindo "pontos de cultura" e distribuindo equipamentos culturais de acordo com as prefeituras-bairro.
- Promover a inclusão social e digital, garantindo o acesso às políticas públicas de cultura.
- Apoiar a cultura de todas as religiões, com suas particularidades e formas específicas, incluindo manifestações de cinema, música, dança, teatro e literatura.

3.2 Calendário Cultural e Festas Populares

- Apoio financeiro e de infraestrutura aos Festejos Populares que ocorrem no Centro Histórico de Salvador, promovendo correalizações e parcerias com o Governo do Estado.
- Capacitar o atendimento aos turistas, oferecendo cursos de inglês e espanhol, com recadastramento e padronização dos comerciantes informais e das barracas dos festejos populares.
- Elaborar, em parceria com a Universidade Federal da Bahia, o Atlas Cultural de Salvador, e consolidar a cidade como referência nacional e internacional da história do Brasil, destacando seu patrimônio cultural.
- Fortalecer e apoiar os eventos culturais dos bairros com orçamento e políticas específicas de fomento à cultura.
- Ampliar e aperfeiçoar o apoio aos festejos populares e aos artistas locais, propiciando a descentralização dos eventos culturais e a criação de polos espalhados pelos bairros do município.

3.3 Memória e Patrimônio

- Articular e mapear, em parceria com o Governo do estado, a disponibilização de imóveis que estejam sob sua guarda e que possam ser ocupados com habitações de interesse social, comércio diversificado e entidades socioculturais.
- Baixa do Sapateiro: criação de uma política de refinanciamento de débitos com o município para os comerciantes locais, a fim de revitalizar a região, tornando-a um grande mercado têxtil.
- Estabelecer um programa de promoção e preservação do patrimônio cultural, histórico e paisagístico, vinculado às origens de matriz africana, fomentando visitas de estudantes às instituições culturais.
- Preservar o patrimônio arquitetônico da cidade, com tombamento de prédios e incentivo à ocupação planejada para a preservação do acervo e da memória.

- Consolidar o corredor cultural da cidade, contribuindo para o turismo cultural e geração de novas oportunidades de emprego e renda.

3.4 Equipamentos Culturais

- Elaborar um Programa de Revitalização dos espaços culturais em toda a cidade.
- Construir um Teatro Municipal em Salvador.
- Apoiar e revisar a normativa que institui que os grandes Shoppings Centers devem possuir espaços destinados a teatros, em Salvador.
- Implementar bibliotecas municipais digitais, que servirão como pontos de encontro para a comunidade, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento pessoal, disponibilizando livros, periódicos, recursos digitais e espaço adequado para eventos culturais e educacionais.
- Apoiar, por meio de programas de fomento, os espaços culturais gestados pela sociedade civil, bem como a criação de novos espaços culturais em caixas cênicas, priorizando as localidades periféricas da capital baiana.
- Criar mais dois novos teatros em Salvador com o apoio de empresas públicas e privadas, na região de Brotas e da Cidade Baixa.
- Criar um Centro Cultural (teatro, cinema, sala de audiovisuais, salas para ensaios, auditório, biblioteca, etc.) no bairro de Cajazeiras.
- Revitalizar as praças e espaços próximos dos pontos turísticos descentralizados da cidade, como a Ponta do Humaitá, Santo Antônio Além do Carmo, dentre outros.
- Estruturar um sistema de equipamentos culturais públicos e privados, incentivando a criação e manutenção de cinemas, teatros, museus, bibliotecas e centros culturais, possibilitando a exibição, a fruição e a produção de bens culturais.
- Desenvolver calendário contínuo de ações nas diversas linguagens artísticas e manifestações culturais por meio de festivais, mostras, festas, feiras, programas musicais e exposições, a partir da interlocução com os produtores locais.

- Recuperar e criar Pontos de Cultura integrados em rede.
- Tornar as escolas espaços de fruição e formação em Arte e Cultura.

3.5 Política para as Artes

- Criar a Universidade Municipal das Artes para a formação artística qualificada.
- Formação em arte dentro das comunidades e periferias, com foco nas linguagens de dança e teatro em contraturno escolar para não disputar com o horário das aulas obrigatórias.
- Criar uma Escola Livre de Formação para profissionais de eventos (segurança, brigadistas, técnicos de sonorização e iluminação, entre outros setores), restauro e artes plásticas, tendo os espaços culturais da cidade como os principais locais de atuação para a qualificação técnica e profissional no campo da cultura e das artes.
- Salvador na Cena: criação de fomento continuado a temporadas para o fortalecimento da cena do teatro em Salvador.
- Cidade que Dança: elaboração de um programa permanente de manutenção de companhias de dança, ligado à Secretaria Municipal de Cultura.
- Criar espaço cultural de referência em dança na cidade de Salvador, com sala principal, salas de ensaio, foyer e caixa cênica.
- Garantir a isenção fiscal e alvará de ocupação de solo através de um programa de apoio aos circos da cidade.
- Integrar a política cultural ao planejamento pedagógico do município, resgatando a criação de centros de artes em escolas da rede municipal e estimulando a leitura e escrita através de oficinas e rodas de leitura.

3.6 A Força do Audiovisual

- Criação de órgão público de suporte à produção audiovisual da cidade, em articulação com o mercado cultural soteropolitano, para garantir atrativo fiscal para gravações de grandes obras em Salvador, usando como expertise a execução de 100% dos recursos destinados para o audiovisual da Lei Paulo Gustavo Bahia (LPG).

- Fomentar a qualificação e capacitação dos jovens para projetos de mídias independentes.

EIXO 4 – CIDADE SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE

4.1 Sustentabilidade Ambiental

- Desenvolver um programa de reflorestamento em áreas degradadas e de encostas, incentivando a criação de parques e jardins comunitários nos bairros de Salvador.

- Promover redução mais significativa no IPTU de imóveis residenciais, comerciais ou terrenos que façam reflorescer o nosso meio ambiente.

- Implementar um Programa de Ampliação e Recuperação de Áreas Verdes, o Programa Salvador +Verde, incluindo o plantio de árvores nativas, revitalização de parques e criação de novos espaços verdes comunitários. Envolver a comunidade e organizações locais na manutenção dessas áreas, o que pode ter como potencial a criação de empregos na área dos "Serviços Ambientais".

- Recompor as matas ciliares dos rios urbanos.

- Implantar o Programa Parques da Paz, com a criação de áreas verdes nas comunidades periféricas adensadas, incluindo arborização, espaços de esporte, lazer e convivência.• Aprimorar o sistema de alerta precoce para desastres naturais.

- Implementar incentivos fiscais para residências e empresas que instalarem painéis solares.

- Realizar projetos relacionados à arborização, parques e jardins, para melhorias na qualidade ambiental e urbana dos bairros de Salvador, tais como: manejo, reuso, compostagem e reciclagem de resíduos, revitalização ambiental de espaços públicos abertos, canteiros e terrenos baldios, assessoramento para instalação de energia fotovoltaica e captação de água da chuva, aproveitamento criativo e otimizado de alimentos, dentre outros.

- Expandir o programa de coleta seletiva, criar pontos de coleta de resíduos eletrônicos e incentivar a compostagem doméstica e comunitária.

- Criar mais ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas e incentivar o uso de bicicletas e transporte público elétrico, além de promover o uso de veículos compartilhados.

- Programa Hortas Urbanas: implantação de viveiros, hortas comunitárias e domiciliares, capacitação para o manejo e assessoramento técnico, favorecendo a soberania alimentar, melhoria da saúde e qualidade ambiental das comunidades beneficiadas.

- Programa Feira Composteira: implantação de sistema de compostagem de resíduos orgânicos, juntamente com as feiras, mercados e cooperativas.

- Fortalecer o gerenciamento dos rios urbanos de Salvador e monitoramento da qualidade de suas águas e das condições de balneabilidade das praias, por meio de parcerias com universidades e órgãos estaduais afins, informando periodicamente os resultados à população.

- Regulamentar, implementar e fortalecer o Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural (SAVAM/PDDU), através de estudos para a criação de unidades municipais de conservação em áreas naturais desprotegidas, e capacitação de Conselhos Gestores destes locais.

- O programa PET Amigo irá Implementar uma efetiva agenda municipal de proteção, defesa e direitos animais, com estrutura, orçamento, iniciativas educativas e respeito aos animais.

- UPA Veterinária: criar um abrigo público para animais abandonados e vítimas de maus-tratos, que também será um centro de atendimento integral, com ambulatório para emergências. Será firmado em parceria com as instituições de proteção aos animais da cidade.

- Fiscalizar os espaços que ainda resguardam elementos da natureza e que são relevantes para práticas religiosas.

4.2 Mudanças e Emergências Climáticas

- Criação da Autoridade Municipal de Mudanças Climática de Salvador para produzir subsídios para a elaboração e a execução da política municipal sobre mudança do clima, além de monitorar a implementação das metas de mitigação da adaptação e da resiliência, e a elaboração do Plano Local de Ação Climática (PLAC).

- Criação de um Observatório Municipal do Clima, que seja um grande espaço de estudo e pesquisa sobre os impactos do clima na nossa cidade.

- Recuperar e preservar lagos e rios urbanos, interrompendo a política de tamponamento de rios.

- Incorporar soluções baseadas na natureza (SbN), infraestruturas verdes e azuis no espaço urbano, com ações que aumentem a permeabilidade do solo e diminuam a velocidade de escoamento das águas das chuvas.

4.3 Requalificação das Praias

- Elaborar e implantar um Plano de Requalificação Urbana da Orla Marítima, em diálogo permanente com os barraqueiros e o setor produtivo, recolocando as praias na rota do turismo e o principal atrativo de lazer da nossa cidade. Debater com os barraqueiros modelo a ser adotado.

- Implantar um novo projeto social e urbanístico de ocupação das nossas praias de forma limpa e ordenada com baixo impacto ambiental.

- Ampliar a iluminação noturna nas praias para que se tornem equipamentos públicos de esporte e lazer mais seguros no nosso município.
- Focar em ações de sustentabilidade ambiental em toda a orla de Salvador quanto à gestão de resíduos sólidos, proteção solar, combate à poluição sonora e descarte de lixo.
- Instalar chuveiros "tira-sal" e lixeiras nas praias de Salvador.

4.4 Ciência, Tecnologia e Inovação

- Criar Espaços Dinamizadores, verdadeiras oficinas tecnológicas, em bairros de Salvador e organizá-los em rede - Espaços Abertos de Inovação, Criatividade e Conexão Empreendedora.
- Implantar o Projeto de Wi-Fi gratuito em áreas públicas na capital baiana para disponibilizar internet de alta velocidade.
- Implantar Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC) e Coleta Seletiva - Economia Circular, Logística Reversa e Inclusão de Catadores(as).
- Investir em programas de educação e capacitação em ciência, tecnologia e inovação na rede municipal de ensino.
- Fomentar os processos de transformação digital com incentivo ao desenvolvimento de novos negócios, em especial startups com produtos e serviços relacionados às tecnologias da informação e da comunicação.
- Criar e fortalecer ecossistemas de inovação nas cidades com a participação de universidades, instituições de pesquisa, empresas, organizações sociais e poder público.
- Assegurar a conectividade de equipamentos públicos como escolas municipais, bibliotecas e salas de leitura.
- Implementar Sistemas de Informações ao Cidadão para que possa acompanhar o transporte coletivo, acessíveis por aplicativos e por painéis e totens públicos, com obrigatória identificação em braile e apoio sonoro para deficientes visuais.

- Estruturar a gestão municipal dedicada à implementação de políticas voltadas à energia renovável, como solar, eólica e biogás, bem como para reduzir a dependência de combustíveis fósseis e mitigar os impactos das mudanças climáticas.

EIXO 5 – DESENVOLVIMENTO URBANO: MOBILIDADE, HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA

5.1 Planejamento Urbano

- Fortalecer o Conselho Municipal da Cidade no debate da gestão da cidade no âmbito do Planejamento Urbano de Salvador.
- Implementar um plano de habitação, mobilidade e transporte, resíduos sólidos, infraestrutura e desenvolvimento urbano, além de atualizar o Plano Diretor Urbano da Cidade.
- Fortalecer o planejamento da política de desenvolvimento urbano e suas vertentes, assegurando controle, regulação e transparência dos resultados.
- Participar e auxiliar na articulação do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Salvador (RMS), compreendendo-a como um território resultante de sua história, por meio da efetivação da Entidade Metropolitana.
- Implantar sistemas integrados de tecnologia da informação para alcançar o patamar de cidades inteligentes, aumentando sua eficiência operacional na prestação de serviços ao cidadão, seja na iluminação pública, nos semáforos, na acessibilidade, no acesso à conectividade e em muitas outras utilidades.
- Programa de restauro: requalificação e modernização da infraestrutura e das edificações (prédios históricos, docas, edifícios), adaptando-os para equipamentos culturais e de ensino, hotelaria, habitação e equipamentos de comércio e serviços diversificados.

- Humanizar os espaços públicos ampliando e melhorando as condições de acessibilidade de calçadas, passeios, alamedas, praças, praias, passarelas e pontos/estações de transporte coletivo.

- Ampliar a acessibilidade para o pedestre, tais como: múltiplos pontos de acesso ao sistema de transporte, piso compartilhado, ampliação de calçadas, arborização urbana, estacionamentos e instalação de ciclovias/ciclofaixas, bicicletários e parkets.

- Criar projetos urbanísticos de integração das áreas urbanas, privilegiando a criação e requalificação dos espaços públicos de convivência e circulação de pedestres com conforto e segurança, considerando a dinâmica de integração dos negócios, comércio e serviços diversificados, os principais modais de transporte e as novas intervenções, como a mudança do Terminal Rodoviário de Salvador.

- Integrar o planejamento urbano de Salvador à governança metropolitana da RMS, buscando um sistema integrado de desenvolvimento.

5.2 Habitação e Regularização Fundiária

- Fortalecer o Conselho Municipal da Cidade do Salvador na discussão e elaboração da Política de Habitação de Interesse Social, com alocação de recursos do Fundo Municipal de Habitação e captação em programas estaduais e federais.

- Requalificar e modernizar os conjuntos habitacionais construídos pelo poder público localizados nos bairros periféricos de Salvador, realizando reparos na infraestrutura hidráulica e elétrica, e realizar obras de urbanismo e paisagismo, promovendo o plantio de árvores e instalação de novos equipamentos de esporte e lazer.

- Atualizar o Plano Municipal de Habitação de Salvador.

- Promover a urbanização com foco ambiental nas áreas sem infraestrutura, com ocupação desordenada e precária, por meio da regularização urbanística e fundiária, inserindo seus moradores no contexto legal da cidade.

- Criar o Programa Municipal de Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social, estabelecendo parcerias com as cooperativas habitacionais, movimentos sociais de moradia e demais entidades organizadoras sem fins lucrativos de empreendimentos habitacionais.

- Construir equipamentos de convivência social e geração de renda nos empreendimentos de Habitação de Interesse Social, a serem implantados, e, particularmente, nos já concluídos e habitados.

- Diversificação da produção imobiliária: Crédito Solidário, Programa Minha Casa, Minha Vida, incentivo a novas construções, compra de imóveis prontos e aproveitamento de habitações e prédios ociosos e ocupados pelos Movimentos Sociais de Moradias.

- Incentivos à habitação na área central da cidade, priorizando a regularização e integração urbana das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) centrais, considerando que em Salvador há quase o dobro de imóveis vagos em relação ao déficit habitacional.

- Adquirir prédios do Comércio e da Cidade Baixa para fins de habitação de interesse social;

- Articular os projetos urbanísticos e habitacionais com o programa de regularização e estabilização de encostas.

- Criar o Plano Emergencial de prevenção de área de risco com participação popular.

- Criar o Programa de Regularização e Mediação dos Conflitos Fundiários Urbanos.

- Apoio à autoconstrução e autogestão em projetos de melhorias habitacionais através de assessoramento técnico e linhas de crédito adequadas a cada faixa de renda, com prioridade para os bairros em ZEIS ou em condições precárias.

5.3 Centro Histórico de Salvador

- Revitalizar a Baixa dos Sapateiros, transformando-a em um grande hub de economia criativa, como centro de serviços como moda, gastronomia, tecnologia, artesanato, entretenimento, dentre outros.
- Gerenciar e implantar junto à União e ao Estado um novo Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Salvador, transformando-o num local agradável tanto para moradores quanto para visitantes.
- Utilizar imóveis do Centro Histórico de Salvador como ambiente de moradia, recriando uma comunidade local.
- Requalificar os espaços de evento cultural, além de preservar o patrimônio artístico, tornando-os turisticamente atrativos.
- Implantar o programa Centro Vivo – Programa de incentivo à moradia no Centro Antigo de Salvador. Concluir as obras iniciadas e realizar um plano de ocupação da área central, incluindo a função de moradia para diversas faixas de renda.
- Implantar o programa Recicla Pelô: coleta seletiva, implantação de lixeiras, cadastramento de cooperativas de catadores.
- Requalificar os espaços culturais, do patrimônio histórico material e preservação do patrimônio artístico, imaterial e cultural, tornando-os economicamente sustentáveis e turisticamente atrativos.

5.4. Infraestrutura Urbana

- Criar condições especiais para consolidar o Eixo Acesso Norte - Cidade Baixa como local estratégico da RMS. Salvador se tornará um grande hub logístico da Região Metropolitana.
- Planejar e preparar intervenções viárias com roteirização de veículos de transporte de cargas, considerando a implantação do sistema rodoviário ponte Salvador-Itaparica.

- Implementar o Plano Executivo de Mobilidade Urbana de Salvador para consolidar a integração de todos os modais de transporte a partir do eixo Metrô e VLT.

5.5 Mobilidade Urbana

- Rever a política de mobilidade em Salvador, sendo necessária a elaboração de um novo Plano Municipal de Mobilidade Urbana (2025-2035), considerando todos os modais e as deficiências ainda presentes no nosso sistema de transporte.

- Implantar o Veículo Leve de Transporte (VLT) da Conceição da Praia, no Comércio, até a Ribeira, com conexão com o VLT do Governo do Estado na Estação Calçada.

- Redesenhar as linhas de ônibus, reforçando o atendimento às localidades e otimizando a integração com os corredores troncais, como metrô e BRT.

- Priorizar os investimentos no sistema viário, privilegiando a circulação do transporte coletivo em relação ao transporte individual motorizado, por meio da implantação de vias exclusivas, corredores e faixas com pontos de ultrapassagem, de modo a reduzir o tempo de viagem e a poluição atmosférica.

- Reduzir os impactos ambientais do sistema de mobilidade urbana, diminuindo progressivamente as emissões e promovendo a eficiência energética, incluindo a inserção de ônibus elétricos para reduzir emissões de gases poluentes.

- Projeto Pedala Salvador: ampliar e criar novas ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas, facilitando e incentivando o uso dessa alternativa de transporte.

- Adequar as calçadas e dotá-las progressivamente de acessibilidade, com o objetivo de facilitar as viagens a pé de curta distância e priorizar o pedestre na travessia de vias públicas.

- Implantar medidas de trânsito seguro, identificando soluções de segurança e fluidez, com limites de velocidade próprios para o ambiente urbano, buscando reduzir o número de vítimas no trânsito.

- Promover a adequação e manutenção das vias, implantado progressivamente a pavimentação ou calçamento nos bairros sem essa infraestrutura.
- Buscar a implantação de uma tarifa justa, com transição futura para tarifa zero, no sistema de ônibus de Salvador, a partir de estudos que garantam a viabilidade de um novo sistema de financiamento do transporte público.
- Rever contratos com concessionárias de transporte público e buscar novos modelos de financiamento, ampliando a participação financeira de empregadores e do poder público para subsidiar gratuidades legais.
- Renovar a frota de ônibus com veículos climatizados.
- Promover a segurança viária eliminando pontos críticos, reforçando sinalização e iluminação e equilibrando educação, engenharia e fiscalização de trânsito.
- Fortalecer a participação popular em conselhos de usuários, audiências e consultas públicas que ajudam a decidir sobre políticas de mobilidade.

5.6 Sistema Viário

- Implementar intervenções viárias que viabilizem a cidade, como a construção de vias que liguem a Cidade Baixa até a Boa Viagem.
- Prevenir o surgimento de buracos e escorregamento lateral do asfalto, particularmente nos pontos de ônibus, e implantar um programa de manutenção rápida para recuperação do pavimento.
- Promover a segurança viária eliminando pontos críticos com intervenções físicas, reforço na sinalização e iluminação.
- Garantir condições de acessibilidade para pessoas com deficiência, como identificação inteligente, rampas de acesso, elevadores e semáforos com sinalização sonora.
- Reestruturação do Sistema de Transporte Marinho, abrangendo os bairros, cidades e vilarejos da costa da Baía de Todos os Santos (BTS).

- Racionalização e otimização das linhas e melhoria dos veículos (ônibus, micro-ônibus), para qualificar a mobilidade entre os bairros e a rede estruturante.

- Ampliar a mobilidade vertical, com novas escadarias nos bairros, ascensores interligando avenidas de vale às cumeadas, bem como a cidade baixa à cidade alta.

- Implantação do Conselho Metropolitano de Mobilidade, que será formado pelos municípios da Região Metropolitana de Salvador e definirá as diretrizes e políticas metropolitanas de mobilidade.

5.7 Saneamento

- Celebrar contrato com a Embasa, fortalecendo o controle e monitoramento dos serviços públicos, através da elaboração de um plano de metas e investimentos na cidade.

- Ampliar o escopo legal e institucional da Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos de Salvador (ARSAL), para que em conjunto e em parceria com a AGERSA e ANA, possa assegurar a universalização dos serviços de água e esgoto.

- Elaborar um Plano Municipal de Drenagem Urbana com vistas a delimitar as responsabilidades da prestadora de serviço (Embasa) e do município de Salvador.

- Instituir e atualizar uma política municipal com base em um plano efetivo de Resíduos Sólidos, considerando a necessidade de tratamento próprio dos resíduos de acordo com a regionalização nos bairros e suas respectivas prefeituras-bairro.

- Implantar programas de alargamento e regularização dos cursos dos córregos e canais, além de restringir ocupações ao longo dos leitos e margens para reduzir problemas de cheias e enchentes.

5.8 Resíduos Sólidos

- Revisar os itens mínimos de urbanização nas regiões já urbanizadas, incluindo construção de calçadas, reforma de escadarias, atualização de iluminação pública e instalação de coletores de lixo subterrâneos.
- Amplo programa de coleta de lixo com a afixação de cestos de lixo nos pontos de ônibus, nas praias e nas proximidades dos grandes centros de consumo da cidade.
- Implantar programas de coleta seletiva em toda cidade com a inclusão das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, além da logística reversa nas cadeias produtivas de geração de resíduos, em especial eletroeletrônicos, pneus, lâmpadas e embalagens.
- Ampliar a coleta seletiva em Salvador, assegurando condições de trabalho para catadores e catadoras, regulamentando a remuneração pelo serviço prestado.

EIXO 6 – GOVERNANÇA DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA E EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

6.1 Planejamento e Gestão Governamental

- Construir uma Concertação Social para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Salvador 2035, envolvendo o engajamento de amplos setores da sociedade.
- Criar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social com a participação dos diversos setores empresariais, das cooperativas e empreendimentos da economia solidária, das universidades e da sociedade civil organizada, com o propósito de implementar um projeto de cidade que prospere e, ao mesmo tempo, inclua o conjunto da população.

- Criar uma autarquia municipal voltada a estudos e pesquisas aplicadas sobre a realidade e os desafios da nossa cidade em forte interlocução com Universidades e Centros de Pesquisa, implementando o Instituto Municipal de Estudos Socioeconômicos Aplicados (IMESA).

- Garantir a dimensão estratégica do planejamento governamental, para cumprir os objetivos previstos, metas e prazos com efetividade nos resultados.

- Revisar a estrutura das prefeituras-bairro de Salvador para atuar mais perto dos cidadãos, aproximando-se mais da rotina dos bairros da nossa cidade.

- Articular com os municípios da Região Metropolitana de Salvador – RMS, para realizar um planejamento e gestão de forma participativa e integrada, através da efetivação da Entidade Metropolitana, com vistas a aprimoramento da gestão das funções públicas de interesse comum – mobilidade, saúde, meio ambiente, saneamento, habitação, dentre outras.

- Criar as Assessorias de Planejamento e Gestão para reforçar o processo de integração e articulação entre as secretarias e órgão municipais, ampliando o alinhamento e a aderência entre as políticas públicas.

- Criar o Plano Plurianual Participativo (PPA), para aprimorar a gestão pública através da introdução de instrumentos e sistemas eficazes e efetivos de monitoramento e avaliação.

- Assegurar a execução eficiente das políticas públicas e seus programas e projetos, de forma integrada e transversal, articulando todos órgãos, por meio da adoção de instrumentos e sistemas de controle, acompanhamento de projetos e atividades que confiram maior qualidade, produtividade, eficácia e efetividade das políticas públicas.

6.2 Gestão de Pessoas e Valorização dos Funcionários Públicos

- Criar a Escola Municipal de Governo como espaço institucional de capacitação de gestores públicos e lideranças públicas, em parcerias com as universidades.
- Realizar concursos em áreas estratégicas da administração pública, com ênfase nos critérios de periodicidade, equilíbrio do quantitativo de servidores ativos e atendimento das demandas da sociedade.
- Implantar o Programa Servidor Nota 10 que valorize os servidores que atingirem máxima produtividade no desempenho das suas funções, com destaque para as categorias dos professores, médicos e guardas municipais.
- Realizar políticas de avanço e desenvolvimento das diversas carreiras (promoções e progressões) como elemento essencial de estímulo, valorização e reconhecimento dos servidores e melhoria da prestação dos serviços públicos.
- Realizar recomposição de perdas salariais para Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate à Endemias, dentro da disponibilidade orçamentária.
- Encaminhar legislação à Câmara Municipal de Salvador promovendo aposentadoria especial para Guardas Municipais.
- Política de valorização dos aposentados(as) e pensionistas da Prefeitura de Salvador.
- Isentar do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU o imóvel integrante do patrimônio do servidor(a) aposentado(a) ou pensionista, desde que seja único e lhe sirva de residência, condicionada aos rendimentos do contribuinte e ao valor do imóvel.
- Desenvolver políticas de trabalho decente nas secretarias e órgãos municipais, além das prestadoras de serviços à prefeitura, promovendo à saúde, à segurança e demais condições dignas de trabalho.

- Instituir, conforme a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/2015, o direito à redução da jornada de trabalho para pais ou responsáveis legais por pessoas com deficiência, sem prejuízo nos vencimentos.

- Implantar políticas públicas intersetoriais que visem a proteção de direitos e da vida dos servidores(as) municipais, o combate às formas de assédios, violências e preconceitos de qualquer natureza.

- Ampliar as Mesas de Negociação Coletivas com os servidores públicos sobre questões trabalhistas e de gestão.

6.3 Participação Social e Democracia

- Descentralizar as atividades da Ouvidoria Pública por cada região administrativa da Prefeitura.

- Fortalecer uma nova estrutura para as prefeituras-bairro e fóruns regionais, a fim de agilizar a execução dos serviços básicos e promover a participação da população na gestão pública.

- Instituir novos mecanismos de participação e diálogo social, possibilitando que a sociedade contribua na formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas.

- Criar um Portal Digital de Participação por onde seja possível submeter planos, projetos para consulta pública de políticas e temas de interesse da população.

- Fortalecer os conselhos setoriais/temáticos e demais órgãos colegiados municipais, ampliando ainda mais o diálogo com todos os segmentos sociais que contribuem com o desenvolvimento das políticas públicas.

6.4 Finanças Públicas

- Fazer a Reforma Tributária Municipal, com objetivo de aprimorar o código tributário e buscar a justiça e a solidariedade social por meio da progressividade tributária.

- Revisar a planta genérica de valores da cidade, mediante critérios como

localização, destinação e padrão de construção, com o objetivo de estabelecer valores do IPTU.

- Manter o equilíbrio fiscal e o controle da qualidade dos gastos, sem perder a direcionalidade da estratégia de desenvolvimento da cidade.
- Apresentar um orçamento realista onde as estimativas das receitas expressem o quanto se espera arrecadar, fixando despesas que não ultrapassem essas receitas, evitando contingenciamentos ou medidas de descumprimento do orçamento.
- Recorrer a emendas ou convênios como caminhos para buscar recursos adicionais para Salvador, com ênfase no setor de serviços e mercado imobiliário para aumentar a arrecadação municipal.
- Buscar a autonomia financeira do município, gerando receita suficiente para manter sua estrutura, reduzir custos de forma planejada e gerar poupança para financiar investimentos. Para isso, a Administração Tributária deve ser eficaz e transparente.
- Adotar instrumentos de controle e acompanhamento de projetos e atividades que confiram uma maior qualidade, produtividade e eficácia ao gasto público.
- Implementar um programa de incentivos fiscais para atração de empresas no ramo de serviços que sejam grandes geradoras de ISS e de emprego e renda.
- Isentar do Imposto Sobre Serviço (ISS) os profissionais liberais (jovens advogados, médicos, contadores, economistas, dentistas) que se estabelecerem em Salvador nos primeiros dois anos após a graduação.
- Isenção do ISS para motoristas de aplicativos e vans, bem como a regularização da isenção para taxistas.
- Isentar do pagamento do IPTU do imóvel integrante do patrimônio do aposentado ou pensionista, desde que seja único e lhe sirva de residência, condicionada aos rendimentos do contribuinte e ao valor do imóvel.
- Aprimorar a gestão das compras públicas, com racionalização dos gastos públicos à luz da nova Lei de Licitações, provendo os órgãos governamentais

de instrumentos capazes de implementar políticas de compras públicas em diversas áreas, tais como saúde, CT&I, educação e segurança pública, assistência social, entre outros.

6.5 Governança Pública e Digital

- Criar uma plataforma digital integrada com o Gov.BR para oferta e acesso de serviços municipais, promovendo eficiência e acessibilidade, simplificação e agilidade da administração pública.
- Implementar programas de governo digital para simplificar e agilizar a administração pública, aumentar a transparência e reduzir gastos, utilizando sistemas como o Processo Eletrônico Nacional (PEN) e o Compras.gov.br.
- Implementar um sistema de Compras Públicas que busque promover os empreendimentos solidários, inovadores em TIC, especialmente para Pequenas e Médias Empresas (MPEs), cooperativas, associações e startups.
- Assegurar a conectividade de banda larga de alta capacidade em todos os equipamentos públicos municipais, começando pelas unidades de saúde e escolas.
- Fortalecer a gestão governamental integrada de dados e informação baseada em evidências.
- Implantar identificação digital única de cada cidadão para ser utilizada em todas as operações realizadas através de serviços digitais municipais que dê agilidade aos serviços prestados.
- Implementar soluções tecnológicas colaborativas para intensificar a participação social nos debates sobre as políticas públicas.

PREFEITO

GERALDO 15

VICE FABYA REIS